

## Aprovados empréstimos para estados, DF e municípios

Vários empréstimos externos com instituições de fomento, para investimentos em infraestrutura, meio ambiente e desenvolvimento urbano, foram aprovados ontem pelo Senado, em benefício de estados, DF e municípios. **Página 3**



Moreira Moriz

## Pagamento de dívida de Rondônia é suspenso

Débito resultou de passivo apurado na liquidação de banco estadual, em 1998. **Página 2**

Expedito (à frente de João Ribeiro, Marisa Serrano, Alvaro e Valadares) defende projeto

# Garibaldi prevê votação da DRU hoje

Mas oposição quer garantia de que governo não baixará pacote tributário para compensar perda de receitas decorrente da rejeição da CPMF. Líder do Bloco de Apoio ao Governo diz que “acordo não está totalmente fechado”

Gerardo Magliola



Garibaldi (de costas, à esq.) reúne líderes para discutir pauta da última semana antes do recesso parlamentar

O Senado pode votar hoje, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que permite ao governo federal gastar sem qualquer vinculação 20% de suas receitas tributárias até 2011. A previsão foi feita ontem pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, ao final de reunião de líderes. Embora afirmem que nada têm contra a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU), os líderes oposicionistas Arthur Virgílio (PSDB) e José Agripino (DEM) querem a garantia de que o governo não baixará um pacote tributário para compensar a perda de receitas decorrente da rejeição da CPMF. **Página 4**

## Mutirão da Justiça poderá combater crise nos presídios

Participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado sugeriram ontem a realização de um mutirão da Justiça para acelerar o julgamento dos presos que aguardam sentença e libertar os que já cumpriram pena. **Página 8**

Jane Araújo



Integrantes do Parlamento do Mercosul também declaram “firme apoio” ao regime institucional da Bolívia e recomendam diálogo

## Parlamento discute livre trânsito de trabalhadores no Mercosul

Reunido em Montevideu, Parlamento do Mercosul decidiu debater temas como trânsito de trabalhadores e integração energética. **Página 7**



# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Comissão Representativa será eleita ainda hoje

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participa às 12h de reunião da Mesa diretora. Às 16h, preside a sessão do Plenário, na qual serão eleitos os senadores que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional para funcionar durante o recesso parlamentar.

## Substitutivo dá nova disciplina ao telemarketing

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota, às 8h45, substitutivo aos projetos que disciplinam a prática do telemarketing. Na pauta de 46 itens, encontram-se, ainda, 39 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão de serviços de radiodifusão.



## Material radioativo para tratamento de doenças

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, participa, às 9h, de reunião técnica na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, na qual será analisada a carência de material radioativo importado do Canadá para tratamento de várias doenças no Brasil. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão

de Assuntos Sociais (CAS). Foram convidados para o debate o superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Cláudio Rodrigues; o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Odair Dias Gonçalves; e o diretor-executivo do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da USP, David Uip.

## CMO analisa relatórios

Às 14h30, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) se reúne para analisar mensagens do Executivo e relatórios.



## Pena agravada para crimes contra policiais

Projeto que altera o Código Penal, a fim de determinar o agravamento da pena de quem praticar crimes de homicídio e de ameaça contra policiais, deve ser votado, às 10h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## CAS vota proposta sobre recrutamento de pessoal

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota às 11h, em turno suplementar, substitutivo ao projeto que proíbe o uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador.

Projeto acatado permitirá a revisão das dívidas decorrentes da liquidação do Banco do Estado de Rondônia (Beron), em 1998, após três anos de intervenção pelo Banco Central

# Plenário aprova suspensão do pagamento de dívida de Rondônia

O Plenário acolheu, por unanimidade, projeto de resolução que suspende o pagamento da dívida do estado de Rondônia com a União, no valor de R\$ 600 milhões. A matéria foi votada em regime de urgência e segue a promulgação.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) havia rejeitado, ontem pela manhã, o relatório de Romero Jucá (PMDB-RR), e aprovado voto em separado de Expedito Júnior (PR-RO), favorável ao projeto. O parecer da CAE foi acolhido à tarde no Plenário, onde os outros dois senadores por Rondônia, Valdir Raupp (PMDB) e Fátima Cleide (PT), apoiaram a proposição (Ofício "S" 12/03).

O débito decorre da liquidação do Banco de Rondônia (Beron) pelo Banco Central, efetivada em 1998. A intervenção do BC no Beron, que teve início em 1995, resultou num passivo mensal de R\$ 12 milhões para Rondônia. O pare-



Senadores acolhem revisão de dívida de R\$ 600 milhões

cer não aprovado de Jucá rejeitava proposta contestando a afirmação de que o BC teria sido responsável pelo aumento da dívida do estado. Osmar Dias (PDT-PR) pediu o mesmo tratamento – ou seja, regime de urgência na CAE e no Plenário – para o PRS 36/06, que suspende o pagamento de dívida mensal do Paraná, decorrente do

processo de saneamento do Banco do Estado do Paraná (Banestado) pelo BC.

### Resolução

O projeto de resolução que beneficia Rondônia autoriza a efetivação de todos os termos aditivos aos contratos de abertura de crédito e de compra e venda de ativos celebrados entre a União (BC), Rondônia, o Beron e a Poupança do Beron para crédito imobiliário (Rondonpoup), permitindo novo refinanciamento dessas dívidas. Ficam suspensos os pagamentos de amortizações e encargos relativos aos contratos firmados, “enquanto as partes contratantes não determinarem o valor efetivo do saldo devedor corrigido”.

A matéria estabelece ainda que os contratos e os termos de retificação firmados em razão dos ajustes de contas necessários à efetivação da renegociação sejam aprovados pela Assembleia Legislativa de Rondônia.

## Aprovado piso salarial para técnicos em três áreas

Foi aprovado em Plenário o piso salarial para técnicos das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. O projeto acatado (PLS 227/05), de autoria de Alvaro Dias (PSDB-PR), garante aos profissionais de nível médio dessas áreas, regularmente inscritos em seus conselhos regionais, o piso salarial correspondente a

66% da menor remuneração estipulada para os profissionais de nível superior na mesma área.

Alvaro diz que a criação do piso mínimo não implica a instituição de novos pisos salariais, mas “harmonização e tratamento isonômico para atividades técnicas abrangidas por um mesmo sistema de registro e fiscalização

profissional”. Já o relator, Marco Maciel (DEM-PE), considera que a fixação de piso para uma categoria profissional “é ainda, em princípio, um instrumento efetivo de proteção da remuneração do trabalhador, uma vez que impede que este sofra uma degradação salarial não-compatível com a sua condição”.

# JORNAL DO SENADO

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

## AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Gerson Camata, Mão Santa e Paulo Paim

O Distrito Federal, o estado de São Paulo e o município catarinense de Joinville estão entre os beneficiados pelas decisões de ontem do Plenário do Senado

## Acolhidas indicações do Executivo para Cade e embaixadas

Os senadores acolheram ontem a recondução de Arthur Badin e Paulo Furquim de Azevedo aos cargos de, respectivamente, procurador-geral e conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. O Plenário confirmou a aprovação ocorrida pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, será feita a comunicação ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Arthur Badin recebeu 36 votos favoráveis e 13 contrários. Ele é formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e especializou-se em Defesa da Concorrência e Regulação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de São Paulo. Também foi secretário-executivo do IRB-Brasil Resseguros e presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça.

Paulo Furquim de Azevedo recebeu 33 votos favoráveis e 13 contrários. É graduado em Administração pela FGV e obteve o título de doutor em Economia pela USP. Foi professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas e consultor júnior do Banco Mundial.

### Embaixadores

Os parlamentares também aprovaram a indicação do diplomata Alexandre Rubem Milito Gueiros para o cargo de embaixador do Brasil na Jamaica. Foram 37 votos favoráveis e 7 contrários. O senador Magno Malta (PR-ES) ressaltou a qualificação de Gueiros. Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que o diplomata fará um belo trabalho na representação do Brasil naquele país.

Em exposição à Comissão de Relações Exteriores, Gueiros disse que a Jamaica apóia a pretensão do Brasil de ter assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A indicação de Jorge Geraldo Kadri para o cargo de embaixador do Brasil na Guiné-Bissau recebeu 38 votos favoráveis e 3 contrários. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) desejou sucesso ao embaixador, que irá assumir o posto em um país que hoje é considerado o de menor grau de desenvolvimento entre todas as nações do mundo.



Arthur Virgílio (E) discute projeto no Plenário lotado: senadores aprovaram diversas matérias, com destaque para operações de crédito

# Senado aprova empréstimos para DF, estados e municípios

O Plenário do Senado aprovou ontem projetos de resolução que autorizam a contratação, pelo Distrito Federal, estados e municípios, de empréstimos internacionais com instituições de fomento para investimentos em infra-estrutura, meio ambiente e desenvolvimento urbano.

Uma das propostas autoriza o governo do Distrito Federal a contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), operação de crédito no valor de US\$ 176,7 milhões para a implantação do projeto de integração do sistema de transporte coletivo de Brasília. A matéria vai agora à promulgação.

De acordo com o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM) – que ontem de manhã visitou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho –, os recursos irão financiar a construção de corredores exclusivos de ônibus nas vias de ligação entre as cidades de Ceilândia, Taguatinga, Guará e o Plano Piloto de Brasília, como forma de desafogar o trânsito.

## Projeto define limites para operações da União

Foi acolhido pelos senadores, em votação simbólica, projeto de resolução (PRS 83/07) que estabelece limites para as operações de crédito interno e externo da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal. Essa matéria procura atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000) que já são aplicadas a estados e municípios.

A proposta limita o montante das operações de crédito que

Também foram acolhidas duas mensagens presidenciais (263/07 e 264/07) que autorizam o governo do Rio Grande do Norte a contrair empréstimos de até US\$ 35,9 milhões e de até US\$ 22,5 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

O Plenário deliberou ainda sobre projeto de resolução (PRS 74/07) que autoriza a União, os estados, DF e municípios a celebrarem aditivos com o Bird visando alterar a modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (*Fixed Rate Single Currency Loan – SCL*) para a modalidade de Margem Fixa (*Fixed Spread Loan – FSL*).

### São Paulo

Outro projeto de resolução aprovado autoriza o governo de São Paulo a contrair junto ao BID empréstimo no valor de até US\$ 30 milhões para o financiamento da segunda fase do programa de recuperação de rodovias estaduais (PRS 75/07). Também foi aprovado projeto de resolução (PRS 77/07) que autoriza a prefeitura

de Joinville (SC) a contratar empréstimo de até US\$ 32 milhões com o BID.

Os senadores aprovaram ainda o projeto de resolução (PRS 85/07) que autoriza o município de Uberaba a contratar empréstimo de até US\$ 17,2 milhões; o PRS 79/07, que autoriza o Brasil a contratar US\$ 5 milhões junto ao Bird; o PRS 86/07, autorizando Santa Catarina a firmar o quinto termo aditivo de re-ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, firmado com a União.

O Plenário acatou ainda outras três mensagens presidenciais: a que autoriza o município de Pelotas (RS) a contrair empréstimo de US\$ 18,9 milhões junto ao Bird; a que autoriza operação de crédito externo, de até US\$ 15 milhões, entre Canoas (RS) e a Corporação Andina de Fomento (CAF); e a que autoriza Feira de Santana (BA) a contrair empréstimo, no valor de até US\$ 11 milhões e também junto à CAF.

Todas as matérias aprovadas irão à promulgação.

gem da Presidência da República – aprovada pela CAE em 4 de dezembro – que tratava de limites globais para o montante da dívida consolidada da União.

Ao explicar por que apresentou o projeto de resolução, Jucá argumentou que, de acordo com a Constituição e o Regimento Interno do Senado, a iniciativa para apresentação de propostas sobre limites e condições para operações de crédito e concessões de garantias é do Senado – e, especificamente, da CAE.

## Mudança visa modernizar as práticas contábeis

O Senado aprovou ontem projeto do Executivo que adapta a atual legislação brasileira a práticas contábeis em vigor na maioria dos países e disciplina as sociedades por ações (Leis 6.404/76 e 6.385/76).

O objetivo da proposta (PLC 121/07) é inserir as sociedades de grande porte nos padrões internacionais de divulgação de demonstrações financeiras e dar maior transparência às informações contábeis, incentivando o fortalecimento do mercado de capitais. O projeto aprovado seguiu para a sanção do presidente da República.

Uma das novidades do projeto é a desobrigação das empresas com patrimônio líquido inferior a R\$ 2 milhões, na data do balanço, de elaborar e publicar demonstrações de fluxos de caixa. As sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedade por ações, conforme determina o projeto, ficarão obrigadas a realizar auditoria independente, a ser feita por um profissional registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) lembrou que a legislação brasileira que trata do assunto está defasada e disse que a nova lei vai aproximar o Brasil dos padrões internacionais, além de dar maior transparência às operações no mercado de capitais.

## Iguape, o Berço da Colonização Japonesa

O Projeto de Lei da Câmara 69/07, de autoria do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), que considera o município de Iguape, no estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil, foi aprovado ontem pelos senadores.

Na justificativa da proposta, Arnaldo Madeira lembra que são incontáveis os dados históricos que apontam a região paulista do vale do Ribeira como local de instalação da primeira colônia japonesa no Brasil, em 1913 – a Colônia Katsura – exatamente no bairro Jipovura, no município de Iguape, às margens do rio Ribeira.

## Rio Grande do Sul ganha mais duas universidades federais

Os senadores aprovaram ontem projeto de lei da Câmara (PLC 84/07) que desmembra da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com sede na cidade de Bagé (RS).

Também foi aprovado projeto (PLC 97/07) que transforma a Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre em Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Ambos os projetos de lei seguem agora para sanção presidencial.

A Unipampa será uma instituição pública dedicada ao ensino, pesquisa e extensão nas áreas de ciências exatas, ciências sociais aplicadas, pedagogia, letras, ciências humanas e saúde. E contará com *campi* nas cidades de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Flávio Arns (PT-PR), Heráclito Fortes (DEM-PI), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mão Santa (PMDB-

PI), Magno Malta (PR-ES) e Marconi Perillo (PSDB-GO) elogiaram a aprovação das propostas e congratularam os senadores do estado e o povo gaúcho pela conquista. Entretanto, aproveitaram para dizer que as universidades federais devem ser mais bem distribuídas pelo país.

Jereissati frisou que o Ceará conta com apenas uma universidade federal, mesma afirmação feita por Alvaro Dias em relação ao Paraná. Flávio Arns pediu que o governo adote “critérios objetivos” para a escolha das regiões que receberão novas universidades daqui em diante. Rosalba Ciarlini acrescentou que diversos nordestinos são obrigados a vir estudar nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil por falta de mais universidades no Nordeste.

Os senadores gaúchos Paulo Paim (PT), Sérgio Zambiasi (PTB) e Pedro Simon (PMDB) comemoraram a aprovação dos projetos. Pedro Simon informou que a Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre funciona na capital há 40 anos.

Depois do encontro de líderes, presidente do Senado manifesta otimismo com votação. Oposição quer a garantia de que o governo não anunciará a criação de novos impostos



Reunião de líderes, coordenada por Garibaldi (C), abre caminho para acordo em torno do exame da DRU em Plenário

## Garibaldi acredita que Senado concluirá hoje votação da DRU

Ao final da reunião de líderes realizada na tarde de ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, garantiu que a proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até dezembro de 2011 será votada ainda hoje em segundo turno.

– Quarta-feira, dia 19, será votada a DRU. A garantia é a minha palavra – afirmou.

Os líderes da oposição, no entanto, demonstraram cautela. O líder do Democratas, José Agripino (RN), frisou que os senadores não admitirão, por exemplo, que o governo anuncie, nesse momento, um pacote tributário para compensar as perdas com o fim da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação

Financeira (CPMF). Isso seria entendido, em sua avaliação, como “ameaça”.

– Que não me venham com ameaças sobre corte de gastos em função da CPMF. Se isso acontecer, a DRU não será votada. Se tivermos a garantia de que o diálogo acontecerá em clima de respeito entre as partes, a DRU será votada e poderemos construir um caminho conveniente ao país – declarou.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, disse que a oposição precisa de “garantias para poder votar”.

– Não temos nada contra a DRU. Acreditamos que é um instrumento necessário. Mas chegou a um ponto em que ou se restaura pelo alto nível a confiança da negociação ou seremos obrigados

a jogar cada vez mais duro com o governo que aí está – frisou.

A própria líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), deixou claro que “não está totalmente fechado o acordo” para a votação da DRU.

– Ainda teremos algumas conversas. A oposição, depois dos ruídos que aconteceram em termos de anúncios de medidas relacionadas a impostos, está bastante receosa de sinalizar para a votação e ser surpreendida com alguma medida – observou Ideli.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), no entanto, se disse otimista.

– Com entendimento, fazemos as três sessões de discussão e votamos, tudo no mesmo dia – afirmou o senador.



Senadores elogiam conquista gaúcha, mas pedem melhor distribuição das universidades

## Agente penitenciário recebe nova denominação no Distrito Federal

O Plenário do Senado aprovou na noite de ontem projeto do ex-deputado e hoje governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, que muda a nomenclatura do cargo de agente penitenciário da Polícia Civil do DF, que passará a ser denominado de agente de polícia de execução penal.

O relator da matéria, Adelmir Santana (DEM-DF), ponderou que a alteração não provocará qualquer aumento de salário e é uma antiga reivindicação dos agentes penitenciários. O senador observou que eles sempre pertenceram à carreira da Polícia Civil

do Distrito Federal, ingressando no cargo por concurso público privativo para quem tem diploma de curso superior. Os agentes fazem ainda curso de formação da Academia de Polícia Civil do DF.

Ao justificar o projeto, em 2003, José Roberto Arruda afirmou que a excelência na seleção, formação e capacitação dos agentes, aliada “a uma remuneração digna”, tem permitido que o Distrito Federal “tenha desprezíveis índices de corrupção e de violência policial nos presídios”.

## Reforma tributária terá mais tempo para debate

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) solicitando a prorrogação, pelo prazo de seis meses, da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, que funciona no âmbito da CAE.

Os membros do colegiado aprovaram também requerimento da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), propondo realização de audiência pública para discutir questões relacionadas ao recente leilão para a construção de hidrelétrica no rio Madeira, na Amazônia.



CAE prorroga por seis meses a Subcomissão da Reforma Tributária

Presidente da Comissão Mista de Orçamento garante que não há indicação de que valor do salário para 2008 possa ser reduzido em decorrência do fim da CPMF

## Deputado alerta para custo de obras

As explicações do Dnit sobre preços elevados para alguns trechos de rodovias incluídos no projeto do Orçamento federal para 2008 não convenceram o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), que fez o alerta à Comissão Mista de Orçamento.

Conforme documento que Giovanni encaminhou à relatoria geral do Orçamento, alguns trechos de rodovias federais estão orçados com preços muito acima do normal, que fica em R\$ 1,7 milhão o quilômetro. Ele citou especificamente quatro quilômetros da BR-448, entre Esteio e Sapucaia (RS), cuja construção custará R\$ 40 milhões, segundo proposta do Dnit.

## Sem acordo, comissão adia votações

A Comissão Mista de Orçamento adiou para a tarde de hoje a votação dos últimos três relatórios setoriais do projeto do Orçamento para 2008, depois de quase duas horas de debates, ontem, quando a oposição defendeu a aprovação da lei orçamentária pelo Congresso Nacional ainda este ano.

Os parlamentares da base do governo querem que o Orçamento seja votado em fevereiro, o que dará prazo para que o Executivo, o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público da União apresentem suas sugestões de cortes, como resultado do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

# Maranhão: reajuste do mínimo deve ser mantido

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), afirmou ontem que, até o momento, não existe nenhuma indicação de que o valor do salário mínimo previsto para 2008 possa ser reduzido em função dos ajustes na proposta orçamentária diante da perda dos R\$ 40 bilhões que seriam arrecadados com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Dentro do arsenal de

medidas, deve vir alguma definição sobre o salário mínimo, mas parece que a perspectiva é a mesma de antes, muito embora seu valor tenha muito impacto sobre os gastos da Previdência – afirmou Maranhão, em referência às indicações de cortes que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhará ao Congresso.

O comentário foi feito pelo senador depois de visitas ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, e ao



Maranhão quer entendimento com governo e centrais sindicais

presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Rider Nogueira de Brito. Acompanhado do

relator-geral da proposta orçamentária, deputado José Pimentel (PT-CE), José Maranhão sugeriu que os dois órgãos tomem a iniciativa de propor os cortes que considerem menos prejudiciais às suas atividades, dentro do esquema de ajustes que todos os Poderes devem fazer para compensar a perda da CPMF.

Sobre o salário mínimo, Pimentel afirmou que deve haver ainda entendimentos com o Executivo e as centrais sindicais. Mostrou, no

entanto, simpatia por solução que preserve o valor – o governo encaminhou a proposta com um valor de R\$ 407,33, mas já vinha sendo cogitada uma elevação, no relatório final do Congresso, para R\$ 408,90, depois que foi divulgada a segunda reestimativa da arrecadação.

– Não existe crescimento econômico sem recuperação do poder de compra, e o salário mínimo é o melhor instrumento de recuperação do poder de compra – justificou o relator.

## Ideli ressalta elevação dos índices de crescimento da renda no país

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), destacou ontem dados divulgados em pesquisa do DataFolha no último domingo sobre índices relativos ao crescimento da renda no Brasil durante o governo Lula. O estudo aponta que, nos últimos cinco anos,

cerca de 20 milhões de brasileiros deixaram de pertencer às classes econômicas D e E, passando a fazer parte da classe C.

Desse número, 14 milhões de



Ideli: 20 milhões de brasileiros passaram a fazer parte da classe C

pessoas saíram dessa condição inferior somente nos últimos 17 meses, frisou a senadora, questionando a razão de a pesquisa do DataFolha não ter sido alvo de debates ontem no Plenário.

– Eu entendo que isso revela o resultado dos programas sociais, de emprego e de distribuição de renda implantados pelo governo Lula – disse Ideli, criticando mais uma vez a oposição pela derrubada da CPMF.

## Sibá diz confiar no governo para manter estabilidade e crescimento

Sibá Machado (PT-AC) afirmou que o governo Lula tem todas as condições de manter a estabilidade do país, e também o crescimento econômico, sem os recursos da CPMF. Entretanto, reconheceu que não será fácil para governo e Congresso ajustarem o Orçamento de 2008.

O senador disse que o país teve bons resultados nos últimos anos, lembrando que a taxa Selic, que era de 26,5% em dezembro de 2002, hoje está em 11,25%. Sibá



Sibá reconhece dificuldades para ajustar Orçamento de 2008

Para Sibá Machado, outros pontos positivos do governo Lula foram a distribuição de renda e as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

## Kátia Abreu: empresários podem diminuir preços a partir do dia 1º

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) sugeriu aos empresários brasileiros que diminuam os preços de seus produtos e serviços a partir de 1º de janeiro de 2008. Com o fim da CPMF, observou ela, os preços poderão ser reduzidos em até 2,5%, o que repartiria entre população e empresas os benefícios da extinção da contribuição. Ela citou automóveis, remédios, computadores e contas de água e telefone como sendo produtos e serviços que poderiam



Kátia Abreu diz que preços podem cair até 2,5% com o fim da CPMF

ter seus preços reduzidos.

– Nós não lutamos esse tanto apenas para beneficiar o empresário brasileiro, mas, em primeiro lugar, para beneficiar a sociedade. A sociedade brasileira é a grande vencedora dessa votação – destacou a senadora.

Kátia Abreu avisou que a oposição ficará vigilante em relação às medidas que o governo federal deve tomar para compensar a falta dos recursos da CPMF.

## Lula ficará na história como único a baixar impostos, prevê Camata

Ao destacar vários fatos positivos ocorridos em 2007 durante o governo do presidente Lula, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que o petista, em vez de ser prejudicado pela extinção da CPMF, deverá ficar na história por ser o único presidente que conseguiu baixar a carga tributária.

– Com o crescimento de 8% do PIB para o ano que vem ele não precisa de CPMF não. O PIB vai crescer 8% e aí entram uns R\$



Gerson Camata considera Lula um presidente de extrema sorte

25 bilhões; dão-se mais uns cortes e ele [Lula] vai ser lembrado como o único presidente da história republicana que baixou a carga tributária – disse.

Considerando Lula um presidente dotado de extrema sorte, Gerson Camata chamou a atenção para a

possibilidade de queda dos juros básicos nos próximos anos devido à entrada em circulação de recursos antes retidos por particulares para evitar a tributação.



Leopoldo Silva

Operação com Banco Mundial irá financiar infra-estrutura local, informa Paulo Paim

## Paim elogia CAE por aprovar empréstimo para Pelotas

O senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou ontem a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por ter aprovado operação de crédito externo com garantia da União, entre o município de Pelotas (RS) e o Banco Mundial, no valor de US\$ 18,9 milhões, para financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal.

Paim agradeceu ao senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da matéria, e ao senador Flávio Arns (PT-PR), relator de outro projeto que assegurou autorização de operação de crédito externo, também com garantia da União, entre o município gaúcho de Canoas e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 15 milhões, para o financiamento parcial do Projeto de Macrodrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Urbano de Canoas (Fase 1).

O senador destacou o trabalho de Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que com ele se empenharam pela aprovação das duas matérias. Os três negociaram com o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o exame das duas matérias, mas, principalmente, o empréstimo de US\$ 1 bilhão para o estado do Rio Grande do Sul, também junto ao Banco Mundial.

– Estou convicto de que, se o processo que está, neste momento, no Executivo chegasse à Casa até amanhã, todos os líderes concordariam que fosse votado ainda neste ano – disse Paim, referindo-se à operação de crédito para o estado.

### Almirante Negro

Paim anunciou ainda ter conseguido aprovar na Comissão de Educação (CE) projeto de lei que inclui João Cândido, o Almirante Negro, entre os heróis da pátria. Há cem anos, Cândido liderou a chamada Revolta da Chibata, movimento de marinheiros contra punições físicas.

Em audiência na Comissão de Infra-Estrutura, representantes da ANTT e dos ministérios da Defesa e dos Transportes ressaltam necessidade de financiamento público para trens e ferrovias no país

# Sistema ferroviário precisa de investimentos, conclui debate

A necessidade de financiamento público para ampliar a malha do sistema de transporte por trens no país foi reconhecida ontem pelo representante do Ministério da Defesa, Severino Rezende, durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Diretor de engenharia da Infraero, Severino representou o ministro Nelson Jobim no debate. Em sua opinião, se por um lado o sistema ferroviário é benéfico ao meio ambiente, por outro, a receita direta advinda da atividade não sustenta o empreendimento.

Em relação à interligação de linhas de trem a aeroportos, Severino informou que, dos 67 aeroportos administrados pela Infraero, somente Galeão (RJ) e Guarulhos (SP) possuem estudos sobre a viabilidade de realizar tal interligação. Em Porto Alegre, disse, o sistema de trem urbano

já passa próximo ao aeroporto e também faz integração com linhas de ônibus. O representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Hilário Leonardo Pereira Filho, ressaltou que as ferrovias, historicamente, estão associadas ao desenvolvimento e, em sua opinião, as políticas públicas para o setor precisam de planejamento para atender à demanda econômica.

Durante a audiência, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou não compreender o motivo pelo qual o país privilegiou o sistema rodoviário em detrimento de alternativas mais adequadas à realidade brasileira e menos poluentes, como as ferrovias e hidrovias. Quintanilha salientou ainda a importância de que todas as modalidades de sistemas de transportes estejam integradas.

Segundo João Ribeiro (PR-TO),

incentivar o uso de ferrovias e hidrovias, tanto de passageiros como de cargas, poderá baratear o custo dos transportes no país. O senador afirmou estar preocupado com a possibilidade de a linha de trem que ligará São Paulo ao Rio de Janeiro não estar pronta até a realização da Copa do Mundo, em 2014.

O diretor de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, Afonso Carneiro Filho, respondeu que o processo de licitação deve ser concluído até 2008 e que em 2009 se iniciam as obras. Ele garantiu que até 2014 vários trechos estarão terminados. Com respeito à observação de César Borges (PR-BA) sobre a ineficiência do modal ferroviário brasileiro, especialmente no seu estado, Carneiro Filho frisou que a Bahia faz parte do plano ferroviário do governo federal.



J. Freitas

Stephan, Hilário, Severino Rezende, Flexa Ribeiro e Masella ouvem Carneiro Filho (D) na CI

## “Transporte por trens traz retorno financeiro, ambiental e social”

As vantagens do transporte por trem, segundo Afonso Carneiro Filho, não se medem apenas no retorno financeiro imediato, mas também no custo ambiental e social. De acordo com o representante do Ministério dos Transportes em audiência na CI, as ferrovias têm um custo de implantação mais alto que as rodovias, mas o custo operacional é mais baixo.

Entre os altos custos sociais das rodovias, ele citou acidentes, roubo de cargas e assaltos nas estradas. Com a redução do tráfego de veículos e, portanto, de emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), obtém-se vantagem ambiental, ar-

gumentou o diretor. E acrescentou que menos caminhões, carros e ônibus nas estradas também proporcionariam menos gastos com manutenção dessas vias.

Carneiro Filho respondeu perguntas dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Valdir Raupp (PMDB-RO), autor do requerimento para realização da audiência, e informou que o governo está fazendo levantamento das necessidades de todos os estados. “Vamos identificar as necessidades para prever as novas ligações que teriam de ser construídas, para dar ao Brasil uma nova matriz de transporte”, explicou.

## Professor da UFRJ sugere tecnologia de levitação magnética

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Richard Stephan afirmou que a tecnologia da levitação magnética é a única que permitirá ao Brasil instalar trens de alta velocidade entre o Rio de Janeiro e São Paulo até 2014. Não há ainda decisão do governo sobre qual tecnologia deverá ser adotada.

Stephan, que falou como representante da Transrapid International, faz parte de um grupo de acadêmicos da UFRJ que há dez anos estuda os trens de levitação magnética (maglev). Uma das vantagens do maglev, segundo ele, é que essa tecnologia não usa combustíveis fósseis: o trem flutua sobre um trilho usando os princípios básicos dos ímãs em substituição às rodas.

Outras vantagens, explicou Stephan, são a segurança e a alta velocidade do trem, que permitiria chegar ao centro de São Paulo, saindo do centro do Rio de Janeiro, em apenas uma hora e meia.

O professor disse também que os trens de levitação magnética poderiam ser instalados no país com 75% de tecnologia brasileira.



Leopoldo Silva

Arquiteto é uma das melhores referências vivas da história do Brasil, diz Simon

## Simon celebra os 100 anos de Oscar Niemeyer

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) prestou ontem homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer, pelo seus 100 anos de nascimento, completados no dia 15 deste mês, afirmando que ele é “uma das melhores referências vivas” de toda a história do Brasil.

Simon afirmou que as obras de Niemeyer são “muito mais que belezas plásticas estampadas em estruturas harmônicas de concreto: são símbolos de paz e de solidariedade plantados em todos os cantos e recantos do planeta”. Ele lembrou que o prédio do Congresso Nacional é a obra preferida do arquiteto.

– Niemeyer será homenageado quando for encontrada a linguagem única do bem comum e da justiça social, com o término de todos os tipos de discriminação, desigualdade regional e pessoal, e com o fim da barbárie humana, da fome, da miséria e da violência.

## Mesa vai discutir construção do Anexo III do Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, informou que a Mesa deve reunir-se hoje para tratar da construção do prédio do Anexo III da Casa, destinado principalmente para abrigar novos gabinetes parlamentares.

O anúncio foi motivado pelo fato de Pedro Simon (PMDB-RS) ter solicitado o cancelamento do projeto, criticado em reportagem recente do jornal *O Globo*. Simon afirmou que já havia encaminhado questionamento sobre o assunto ao então presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), tendo recebido resposta favorável à descontinuidade da execução do projeto. Ele pediu a Garibaldi a confirmação ou não da posição assumida por Tião Viana.

A decisão, segundo Garibaldi, deverá ser anunciada na sessão deliberativa de hoje.



Rosevelt Pinheiro  
"Brasil hoje mergulha com eficiência na economia mundial"

## Valadares comemora Brasil como 6º potência

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou ontem a classificação do Brasil, pelo Banco Mundial, como a sexta maior economia do mundo.

– O Brasil hoje mergulha com eficiência na economia mundial, proporcionando melhores condições de vida para o nosso povo.

O novo *ranking* das maiores economias do mundo foi elaborado com uma metodologia diferente daquela usada em anos anteriores: em vez de simplesmente se basear na conversão para dólares do produto interno bruto (PIB) de cada país, como se fazia antes, o *ranking* teve como base a análise do poder de compra da moeda de cada país.

## Magno Malta homenageia pastor evangélico

Magno Malta (PR-ES) prestou homenagem ao pastor evangélico Samuel de Oliveira Santos, da 1ª Igreja Batista da cidade de Itapetinga, no interior da Bahia. O religioso completa 50 anos de ministério naquela localidade, conforme recordou o senador em pronunciamento feito ontem em Plenário.

– Cinquenta anos de idoneidade, dignidade e comportamento honrado. Não conheço ninguém que tenha levantando o dedo contra ele, a não ser por questões doutrinárias – frisou.

O parlamentar defendeu a concessão do título de cidadão baiano ao pastor, observando que, embora tenha nascido em Alagoas, ele dedicou toda sua missão religiosa a Itapetinga.

Falta de quórum preocupa integrantes de comissões do Parlamento, que só conseguem fixar pontos gerais de uma agenda de discussões para o próximo ano

# Mercosul quer debater circulação de trabalhadores e integração energética

O livre trânsito de trabalhadores entre os países do Mercosul deve ser discutido em um ciclo de audiências públicas na Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social do Parlamento do bloco. Serão convidados representantes de sindicatos de empresários e trabalhadores para debater o tema.

O estabelecimento de uma agenda de trabalho para o próximo ano foi uma das definições adotadas nas reuniões de comissões permanentes do Parlamento do Mercosul. A presença de chefes de Estado em Montevideu ao mesmo tempo em que as comissões se reuniam foi um dos fatores que contribuíram para a redução do quórum – o que inviabilizou outras deliberações.

A Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca pro-

gramou visitas a usinas hidrelétricas da região em março e a realização de um seminário sobre integração energética em abril, no Chile. Por sua vez, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos decidiu que, na primeira reunião do ano, prevista para março, escolherá dois temas prioritários para debate em 2008.

### Presenças

Segundo o vice-presidente brasileiro do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), o pequeno número de participantes nas reuniões das comissões pode ser explicado pela troca de parlamentares argentinos – uma vez que o país acaba de passar por eleições – e pelo processo eleitoral em curso no Paraguai.

Além disso, observou o deputado, alguns parlamentares dos dois países haviam ido, ontem, à sede do Mercosul, localizada a aproximadamente 5

quilômetros do Palácio Legislativo – onde ocorre a 8ª sessão do Parlamento do Mercosul –, para tentar participar do encontro de chefes de Estado do bloco.

### Dificuldades

O encontro ocorre em um momento difícil para o Mercosul, marcado especialmente por divergências entre o Uruguai e a Argentina sobre a instalação de fábricas de celulose em território uruguaio. O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, tem ameaçado deixar o bloco. Essa foi a primeira vez que os parlamentares não foram convidados para participar da cúpula presidencial.

– Este foi um momento em que os presidentes quiseram se reunir em separado. Mas temos que nos preocupar com a falta de quórum, pois o Parlamento do Mercosul não pode cometer esse erro – alertou Dr. Rosinha.



Sessão do Parlamento do Mercosul em Montevideu: órgão será presidido pelo senador argentino José Pampuro até junho de 2008

## Parlamentares declaram apoio ao regime institucional da Bolívia

O Parlamento do Mercosul decidiu ontem, em Montevideu, declarar o seu “firme apoio” ao regime institucional da Bolívia, “incluindo o reconhecimento e a estabilidade das autoridades e dos organismos eleitos pelo povo boliviano”. A declaração pede ainda que se promova um diálogo entre as forças políticas do país, “de maneira a se obter a definitiva pacificação do povo boliviano”.

O projeto de declaração foi apresentado pelo parlamentar paraguaio Héctor Lacoñata e aprovado com emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que retirou do texto original a expressão “rechaçando todo o intento de afetar a estabilidade das autoridades”. A emenda foi apresentada após o deputado Max Ronsmann (PMDB-PR) pedir que a declaração se limitasse a demonstrar o apoio ao regime institucional da Bolívia. O senador Efraim Moraes (DEM-PB) argumentou que se deveria também respeitar a oposição na Bolívia.

O Parlamento do Mercosul acolheu também uma moção de “consideração” pela realização de eleições na Argentina, quando se escolheu a nova presidente do país, Cristina Kirchner.

## Senador argentino assume presidência do órgão

Durante a 8ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul, concluída ontem em Montevideu, a presidência *pro tempore* foi transmitida ao senador argentino José Pampuro, então ministro da Defesa do ex-presidente Nestor Kirchner. Ele exercerá a presidência do Parlamento até junho de 2008, quando o comando passará às mãos do atual vice-presidente do bloco, o deputado brasileiro Dr. Rosinha.

Ao apresentar a sua despedida, o ex-presidente do Parlamento, deputado uruguaio Roberto Conde, afirmou que, após sete meses de efetivo trabalho depois da instalação, o Parlamento do Mercosul se encontra em “pleno funcionamento político”. Já o deputado Dr. Rosinha observou que o trabalho de construção do novo órgão não tem sido fácil até o momento. Mesmo assim, acrescentou, alguns desafios foram vencidos.

Na sessão plenária, foi aprovada a criação de uma comissão especial para realizar um diagnóstico da atual situação do Mercosul. Pelo Brasil participarão o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e os deputados Beto Albuquerque (PSB-RS), Dr. Rosinha e Cláudio Diaz (PSDB-RS).



Leopoldo Silva  
"O Mercosul de certa forma empacou", constata Maciel

## Maciel pede esforço para fazer o bloco avançar

O senador Marco Maciel (DEM-PE) alertou ontem para a estagnação do Mercosul. De acordo com o parlamentar, essa é a opinião de vários analistas que se pronunciaram nos últimos dias pela imprensa a propósito da 34ª reunião de ministros do Mercosul, em Montevideu.

– O Mercosul de certa forma empacou. Está na hora de fazermos um esforço para levantamento do Mercosul, para que possamos avançar. Este é o nosso desafio – frisou Marco Maciel.

### Conflitos

Na avaliação desses especialistas, além de não ter progredido nos últimos anos, o Mercosul registrou um aumento dos conflitos entre os quatro estados fundadores – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O senador observou que ficou na distância a ampliação do bloco econômico aos 12 países da América do Sul, conforme foi indicado em encontro ocorrido no ano 2000, sob a liderança do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

– O ideal é que pudéssemos alçar o mesmo nível alcançado pela União Européia, que no dia 13 de dezembro firmou um tratado cumprindo mais um relevante passo para realizar a sua integração confederativa – assinalou.

Para Marco Maciel, a União Européia é o mais bem-sucedido projeto de integração regional. Seu primeiro passo ocorreu com os Tratados de Roma, em 1957, criando a chamada Comunidade Econômica Européia. Dos 27 estados-membros, até agora 13 adotaram a moeda única, o euro.

Sistema socioeducativo regionalizado e criação de defensorias públicas em todas as cidades são idéias sugeridas em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos

## Proposta: mutirão da Justiça pode resolver crise nos presídios

Um mutirão da Justiça para acelerar o julgamento dos presos que aguardam sentença e libertar os que já cumpriram pena – essa é a sugestão de participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado para solucionar a grave situação dos presídios brasileiros.

No Pará, exemplifica José Nery (PSOL-PA), há 9 mil vagas no sistema prisional para acomodar 9,5 mil presos – dos quais apenas 1,7 mil com sentença definitiva. De acordo com o senador, a grande maioria da população carcerária do estado é formada por presos provisórios.

Serys Shessarenko (PT-MT) também defendeu a realização de mutirões visando solucionar a questão dos presos provisórios e dos que já cumpriram penas, mas ainda são mantidos encarcerados.

– Precisamos buscar soluções mais permanentes para acabar com a situação caótica. Precisamos transformar o sistema prisional brasileiro em um sistema de efetiva ressocialização dos presos – observou a senadora.

O diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Maurício Kuehne, comparou a questão prisional com a “sujeira varrida



Cezar Britto (E), Maurício Kuehne, Paim, Elizabete Pereira e Carmen Silveira na audiência

para debaixo do tapete, para que a sociedade não visualize a imensa tragédia humana que existe no país”. As celas, de acordo com ele, são “verdadeiros depósitos de seres humanos”.

### Déficit

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, denunciou que, mesmo com a superlotação dos presídios, há um déficit de 170 mil vagas. Ele propôs a criação de defensorias públicas em todas as cidades para que o direito à assistência seja cumprido.

Carmem Silveira de Oliveira, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), defendeu a instituição de um sistema

socioeducativo regionalizado como forma de recuperação dos presos.

### Parceria

Maria Elizabete Pereira, representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, destacou as atividades do grupo de trabalho interministerial recém-criado com a finalidade de propor uma reformulação no sistema prisional feminino. Maria Elizabete fez um apelo ao Senado para que a Casa auxilie na celebração de parceria entre o governo federal e os estados.

– Se os estados não quiserem fazer essa pactuação e não tiverem interesse em entrar nessa parceria para rever a situação, o governo federal vai ficar de mãos atadas – observou.

## Dornelles homenageia ministro Marco Aurélio

Francisco Dornelles (PP-RJ) homenageou ontem o ministro Marco Aurélio Mello, integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), por ter sido agraciado com o 25º Prêmio Franz de Castro Holzwarth de Direitos Humanos, da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil.

O senador fez a leitura de trecho do discurso de Marco Aurélio na ocasião da premiação, ocorrida no último dia

10, em que destacou os problemas do sistema carcerário brasileiro. O ministro citou o caso da adolescente encarcerada com mais de 20 homens e violentada, no Pará, além do episódio dos presos acorrentados em uma pilastra por causa da superlotação, em Santa Catarina.

– Parece claro que o pensamento dominante no país é de castigar e não recuperar – disse Dornelles.

## Mão Santa cita discurso sobre direitos humanos

Mão Santa (PMDB-PI) disse não ver motivos para tanta comemoração por parte do governo em relação aos números da economia. Citando discurso feito pelo ministro Marco Aurélio Mello ao receber o Prêmio Franz de Castro de Direitos Humanos, ele lembrou que, apesar de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter promovido o Brasil ao patamar dos países com alto índice

de desenvolvimento humano, 52% dos menores presos ou são mortos nas prisões ou retornam ao crime.

O senador destacou trecho do discurso do ministro em que este relata a situação dos índios brasileiros, que “perecem como moscas; morrem de fome ou suicidam-se porque o alcoolismo, a miséria, o descaso de quem os devia amparar já lhes ceifaram toda esperança”.

## Senado busca saída para greve de fome contra a transposição

O Plenário aprovou ontem a criação de uma comissão temporária externa, a ser composta por cinco senadores, para apresentar solução para o impasse que envolve o bispo católico de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que há 23 dias se encontra em greve de fome contra o projeto de transposição do rio São Francisco.

Os integrantes da comissão deverão ser indicados hoje pelas lideranças partidárias, em Plenário. O requerimento para a criação da comissão é do senador José Nery (PSOL-PA).

Ao longo da sessão plenária, a greve de fome de dom Luiz Cappio foi lembrada pelos senadores César Borges (PR-BA) e Eduardo Suplicy (PT-SP), além do próprio José Nery, que manifestaram



Segundo informação de José Nery, o bispo de Barra já perdeu oito quilos

apreensão com o estado de saúde do bispo.

Segundo relato de Nery, a saúde do religioso está definhando dia a dia, já tendo perdido oito quilos e apresentado sangramento nos lábios.

– Considero que sua vida está claramente em risco – alertou.

## “Uma vida precisa ser preservada”, diz César Borges

Na avaliação do senador César Borges (PR-BA), o governo federal está agindo com insensibilidade no episódio do bispo católico de Barra, dom Luiz Flávio Cappio.

– É preciso sensibilidade, não para discutir se a obra é justa, mas para observar que uma vida precisa ser preservada. A autoridade do governo não pode estar acima da vida do religioso – disse.

César Borges lembrou que, em 2005, o bispo promoveu um protesto similar e que o go-



Contrário à transposição, César Borges quer investimento em irrigação

verno ofereceu a ele a proposta de aprofundar a discussão do projeto antes do início efetivo das obras.

O senador voltou a dizer que é contrário ao projeto de transposição do São Francisco e afirmou que o governo precisa continuar investindo em obras de irrigação na Bahia.

## Suplicy lê carta do bispo de Barra ao Supremo e anuncia negociação

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem, em Plenário, carta enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo bispo diocesano de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que está em greve de fome em protesto contra o projeto de transposição do rio São Francisco. No texto, o religioso volta a classificar o projeto de “faraônico”. O senador informou que estão sendo articuladas negociações entre o bispo e as autoridades do governo.

Segundo Suplicy, a leitura da carta foi autorizada tanto pelo ministro Carlos Alberto Menezes Direito, relator das ações movidas contra o projeto, quanto por dom Luiz Flávio Cappio.



Suplicy espera que a vida do religioso e os interesses do Nordeste sejam assegurados

– Quero dizer o quão importante será um entendimento. Esse é o nosso empenho, inclusive para que sejam assegurados a vida de dom Luiz Flávio Cappio e o interesse dos estados do Nordeste – assinalou o senador.

Leopoldo Silva



Ministro recebeu prêmio de direitos humanos, frisa Dornelles

Leopoldo Silva



Mão Santa diz não ver motivos para comemorar números da economia

Leopoldo Silva

Leopoldo Silva

Moreira Mariz